



VIDAS ADOLESCENTES INTERROMPIDAS

Um estudo sobre mortes
violentas no Rio de Janeiro



iniciativa



COMITÊ PARA PREVENÇÃO DE
HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES
NO RIO DE JANEIRO

realização



OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS



apoio



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

parceria estratégica



para cada criança

É possível prevenir mais mortes de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Diante das vidas sistematicamente interrompidas, é urgente despertar para essas perdas dolorosas, compreender as circunstâncias dos crimes e saber o que foi feito a respeito. Trazer à evidência essa realidade é essencial para que as instituições públicas e a sociedade avancem na proteção do direito à vida de cada criança, cada adolescente, cada jovem. Com este objetivo, em 2018, o Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro decidiu realizar um estudo sobre as mortes ocorridas na região da capital fluminense que havia concentrado o maior número de mortes de adolescentes no ano anterior.

Produzido pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e o Observatório de Favelas, com parceria técnica do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, parceria estratégica do UNICEF e apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, **o estudo analisa 25 mortes violentas de adolescentes, entre 12 e 17 anos, ocorridas em 2017, em uma região da Zona Norte da capital.** Nessa área, as taxas de letalidade violenta contra adolescentes foram mais de seis vezes superiores à média da cidade naquele ano.

Realizado entre julho de 2019 e junho de 2020, o estudo analisou microdados do Instituto de Segurança Pública (ISP); registros de ocorrência e laudos da Polícia Civil e cadastros de atendimentos das vítimas pela rede municipal de Educação, Saúde e Assistência Social e Direitos Humanos, além de informações do Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Os objetivos foram: levantar o perfil das vítimas; compreender as circunstâncias dos homicídios; entender o contexto do território, incluindo a atuação policial; conhecer o andamento das investigações sobre estas mortes e reunir informações sobre a atuação da rede de proteção na trajetória destes adolescentes.

Entre os 25 casos avaliados, só dois progrediram rumo à identificação dos autores dos homicídios – um deles, o da menina Maria Eduarda Alves Conceição, morta aos 13 anos, durante uma operação policial.

Este estudo visa contribuir com o avanço de ações precisas e concretas na promoção de oportunidades e proteção da vida dos adolescentes mais vulneráveis no Rio de Janeiro.



Lançado em maio de 2018, o Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro é uma instância intersetorial de pesquisa, debate, mobilização e incidência para desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas de prevenção de homicídios de adolescentes.

O Comitê é integrado por 20 instituições e um membro observador que assumiram o compromisso de atuar pela prevenção de novos homicídios:

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (por meio da Comissão da Criança, Adolescente e Idoso, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Educação) • Associação Beneficente São Martinho • Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro • Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) do Rio de Janeiro • Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) • Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA-RJ) • Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro • Instituto de Estudos da Religião (ISER) • Instituto de Segurança Pública (ISP) • Instituto Pereira Passos (IPP) • Luta pela Paz • Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro • Movimento Moleque • Observatório de Favelas • Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro • Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro • Subsecretaria de Estado de Vitimados • Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro • UNICEF • Visão Mundial • Comitê Internacional da Cruz Vermelha (membro observador)

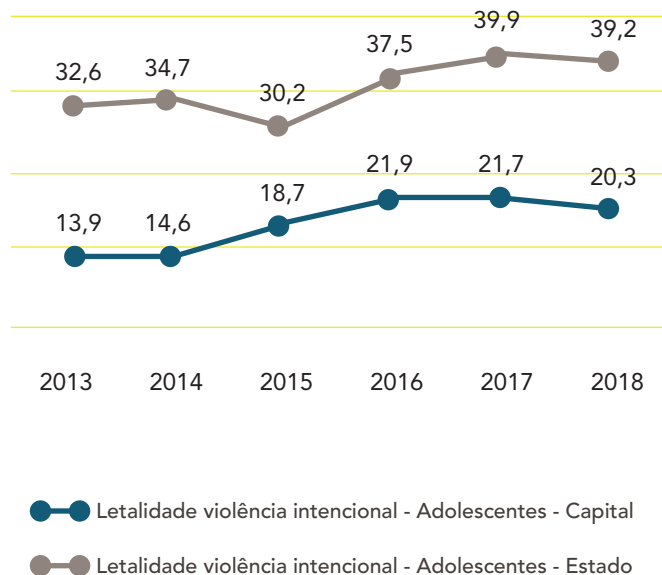
ADOLESCENTES, VÍTIMAS COTIDIANAS NO RIO DE JANEIRO

O histórico dos números de mortes violentas de adolescentes revela uma realidade chocante: de **janeiro de 2013 a março de 2019, houve 2.484 homicídios de adolescentes no estado do Rio de Janeiro**. São os números da chamada letalidade violenta intencional contra adolescentes, que reúne os homicídios, as mortes por intervenção de agentes do Estado, os latrocínios e as lesões corporais seguidas de morte. **Entre as vítimas, 79% eram negros e 76% tinham entre 16 e 17 anos.**¹

Ao longo da série histórica, as taxas de letalidade violenta de adolescentes cresceram. O estado do Rio de Janeiro apresenta taxas superiores às da capital, como mostra o gráfico ao lado. Ainda assim, a capital concentrou 26% dessas ocorrências, ou seja, 648 vidas interrompidas brutalmente.²

Entre as causas da letalidade violenta dos adolescentes nesse período despontam os homicídios dolosos. A segunda causa foi a ação de policiais, totalizando 22%. Na capital, a proporção de vítimas fatais por ações da polícia foi ainda maior: 34%.

Evolução das taxas (100 mil habitantes) de letalidade violenta - Comparação Estado RJ x Capital RJ
2013 a 2018



Fonte: Instituto de Segurança Pública

Letalidade violenta intencional de adolescentes (12 a 17 anos)

janeiro de 2013 a março de 2019

Tipo de ocorrência	Cidade do Rio de Janeiro		Estado do Rio de Janeiro	
	Total	%	Total	%
Homicídio doloso	409	63,12%	1.902	76,57%
Homicídio por intervenção de agente do Estado	220	33,95%	552	22,22%
Lesão corporal seguida de morte	11	1,70%	14	0,56%
Latrocínio (roubo seguido de morte)	8	1,23%	16	0,64%
Letalidade violenta intencional³	648	100,00%	2.484	100,00%

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

¹ Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP).

² Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.

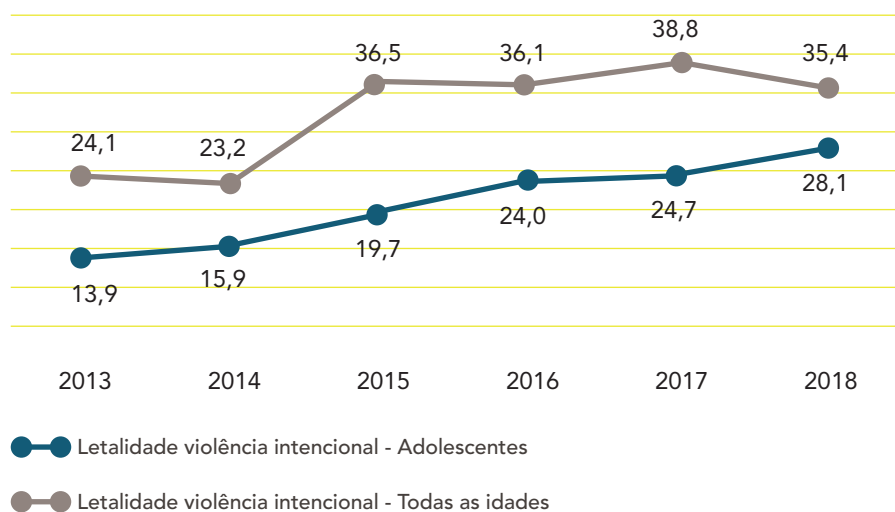
³ A Letalidade Violenta Intencional agrega homicídios, mortes por intervenção de agentes do Estado, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

Proporção (%) de mortes por intervenção policial em relação ao total de violência letal intencional – Comparação adolescentes x todas as idades 2013 a 2018 – Capital RJ

A proporção das mortes causadas por agentes do Estado vem crescendo nos últimos anos na capital do Rio de Janeiro, como mostra o gráfico ao lado. Entre janeiro e março de 2019, o percentual chegou a cerca de 40% . O mesmo ocorreu no estado do Rio de Janeiro.

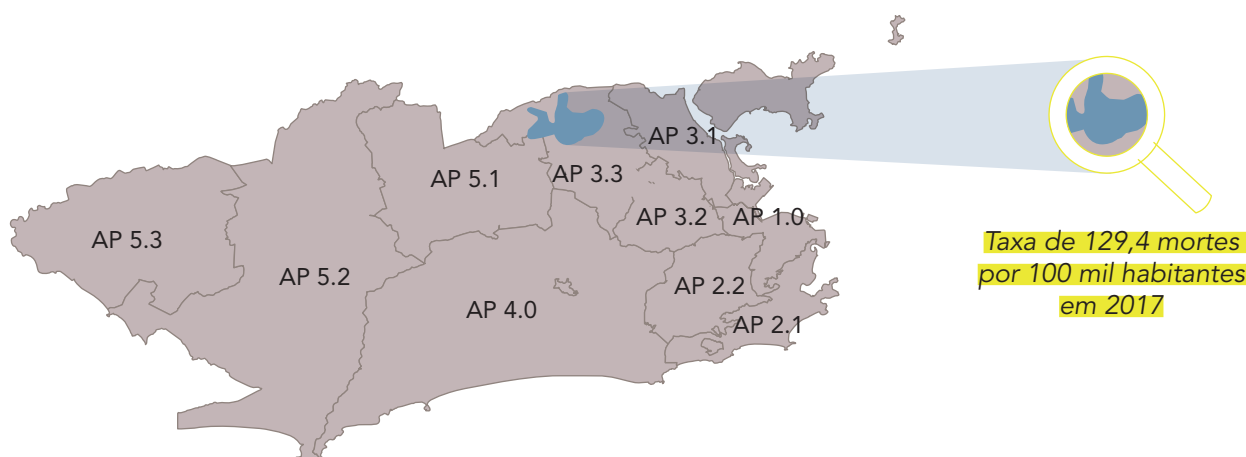
É provável que este cenário preocupante seja ainda mais grave: mais de 40% dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial não contêm informações sobre idade das vítimas.

É provável que este cenário preocupante seja ainda mais grave: mais de 40% dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial não contêm informações sobre idade das vítimas.



Fonte: Instituto de Segurança Pública

Zona Norte do Rio: uma lupa sobre as mortes violentas de adolescentes



Em 2017, a região da cidade do Rio de Janeiro que concentrou o maior número de mortes violentas de adolescentes foi a Área de Planejamento 3.3, que abrange 20 bairros da Zona Norte e os complexos de favelas da Pedreira, Chapadão e Acari.⁴

Nesse ano, duas zonas dessa área registraram as maiores taxas de letalidade violenta intencional de adolescentes da cidade. Em uma delas, a taxa chegou a 129,4 por 100 mil, com 28 mortes. Na outra, alcançou 159,5, com 18 mortes⁵. A região escolhida como foco do estudo foi aquela onde houve mais casos, assinalada no mapa.

Dos 28 casos registrados naquele território, o estudo teve acesso à documentação relacionada aos óbitos de 25 meninos e meninas, incluindo registros de ocorrência, laudos de necropapiloscopia (identificação das vítimas a partir das digitais) e laudos de necropsia (análise de peritos legistas sobre a natureza das lesões e causa provável da morte).

⁴ Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcante, Colégio, Complexo da Pedreira, Complexo de Acari, Complexo do Chapadão, Engenho Leal, Honório Gurgel, Irajá, Madureira, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Quintino Bocaiúva, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vila Kosmos e Vista Alegre.

⁵ Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

OLHANDO PARA 25 MORTES

Dos 25 casos analisados, em 23 as vítimas morreram por arma de fogo.

Os homicídios foram 13 dos casos, enquanto as mortes decorrentes de intervenção policial somaram nove ocorrências. Outras três mortes foram registradas como "feminicídio", "encontro de cadáver" e "remoção para verificação de óbito".

Dos 25 mortos, 14 tiveram ao menos uma perfuração nas costas. Esta característica aparece, inclusive, em cinco dos nove casos decorrentes de intervenção policial.

Policiais militares foram responsáveis por todos os homicídios decorrentes de intervenção policial. Das nove vítimas mortas por policiais, seis foram registradas como pardas, duas como pretas e uma como de "cor ignorada". Não houve vítimas brancas. Em quase metade dos casos, o adolescente foi atingido por mais de um disparo. Nenhuma vítima morta pela polícia portava fuzil. Em dois casos, as vítimas estavam desarmadas.

Investigações precárias, responsabilização ausente

O estudo mostrou que **não houve perícia no local – etapa essencial do trabalho investigativo – em 17 dos 25 casos** e que na maioria das ocorrências a cena do crime foi alterada pela remoção das vítimas (o que deve ocorrer apenas quando há possibilidade de socorro). Ao todo, 13 das vítimas foram removidas, na maioria dos casos pela polícia, para receber cuidados médicos, mas apenas quatro passaram por procedimentos cirúrgicos, denotando que chegaram vivas à unidade de saúde. A ausência de procedimentos cirúrgicos nos outros casos indica que as vítimas chegaram mortas ao hospital: ou morreram no caminho, ou logo depois de chegarem.

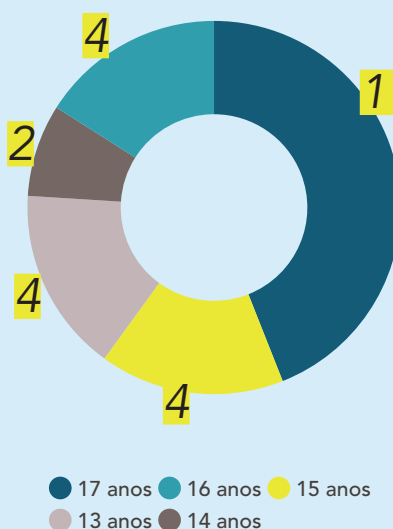
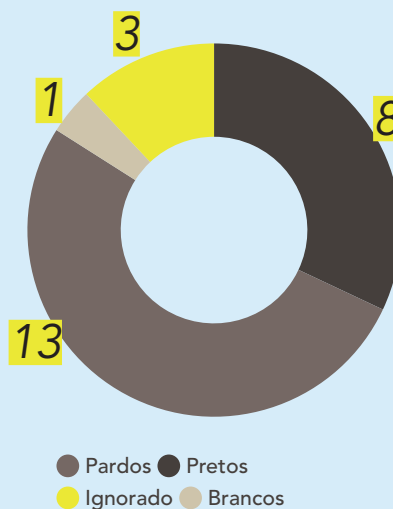
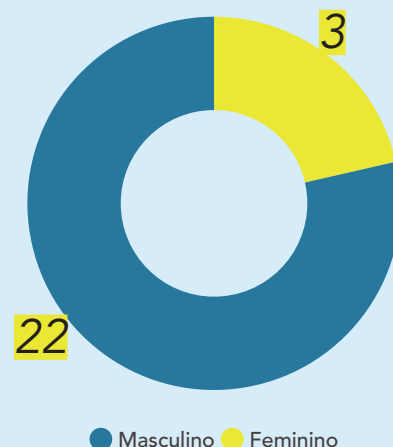
O levantamento também encontrou registros de ocorrência preenchidos precariamente. Em todos os registros de ocorrência, o relato de como ocorreu a morte se baseou exclusivamente na narrativa dos policiais, sem que tivessem sido ouvidas outras testemunhas – inclusive quando as mortes eram decorrentes das ações dos agentes.

Alguns laudos de necropsia contêm expressões de cunho racista, como descrições de cabelo "encarapinhado" ou "miojo"; em três deles foram solicitados exames toxicológicos das vítimas – procedimento não usual quando já se sabe que a causa da morte é arma de fogo.

Em todos os laudos os peritos registraram a impossibilidade de realizar exames de Raio-X, o que impede, por exemplo, a localização de projéteis, afetando as investigações dos homicídios.

Segundo dados do Ministério Público do Rio de Janeiro, dos 25 casos, só em dois houve denúncia à Justiça. Ou seja, em 2020, três anos depois dessas mortes violentas, **só em dois casos as investigações avançaram na direção de responsabilizar os autores.**

A análise qualitativa desse grupo confirmou as tendências reveladas pelas estatísticas: as vítimas mais frequentes foram adolescentes do sexo masculino (88%), negros (84%) e entre 16 e 17 anos (60%).



REDE DE PROTEÇÃO PRECARIZADA E DESARTICULADA

Para além da atuação do sistema de segurança pública e de justiça em face das mortes violentas dos adolescentes, o estudo buscou entender o acesso dos adolescentes a serviços básicos durante suas trajetórias de vida. Registros da rede municipal de Educação, Saúde e Assistência Social mostram que esses serviços foram acessados pelos adolescentes ou por suas famílias, mas que estes sistemas têm dificuldade em estabelecer um acompanhamento a longo prazo dos adolescentes e suas famílias.



EDUCAÇÃO ⁶

No que diz respeito à Educação, sete dos 25 adolescentes vítimas de homicídio haviam abandonado a escola. Em paralelo, uma das vítimas não tinha histórico de matrícula, mas não se sabe se estava inscrita no sistema educacional de outros municípios fluminenses. Dez das vítimas tinham matrículas ativas na rede carioca de ensino e sete haviam sido transferidas para outros municípios.



SAÚDE ⁷

A grande maioria dos meninos e meninas assassinados – 20 dos 25 – tinha históricos em clínicas da família. No entanto, esses atendimentos não levaram a um acompanhamento de médio e longo prazos ou à assistência por profissionais especializados. Os atendimentos mais relatados foram os de saúde bucal. A Secretaria Municipal de Saúde não encontrou registros de atendimento dos adolescentes junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.



ASSISTÊNCIA SOCIAL ⁸

No âmbito da Assistência Social, os dados indicam a extensão da cobertura das unidades: 19 dos 25 adolescentes vitimados tinham cadastros nos serviços da rede. Há registros de atendimento para quase metade dos inscritos. Entretanto, só em dois casos os jovens e seus familiares faziam parte do Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, que acompanha regularmente famílias em situações de vulnerabilidade.



Só **três** dos adolescentes tinham cumprido medida socioeducativa em meio fechado e **apenas um** tinha passado por unidade de acolhimento.

⁶ Dados da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

⁷ Dados da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

⁸ Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

RELATOS DO CAMPO

Os dados específicos sobre os atendimentos em relação aos 25 adolescentes se completam com relatos de 14 profissionais atuantes nos territórios. Entrevistas com assistentes sociais, agentes de saúde, psicólogos, líderes comunitários e outros profissionais revelaram diferentes aspectos de uma rede de proteção desarticulada e precarizada:



- » **A continuidade dos atendimentos e a criação de vínculos** entre serviços de proteção e adolescentes são desafios.



- » **As unidades da rede de proteção não atuam de forma integrada** e obrigam os usuários a muitas idas e vindas, desestimulando a adesão dos adolescentes aos atendimentos.



- » **O Conselho Tutelar** foi a instituição mais apontada como de difícil interação e articulação.



- » **Faltam políticas voltadas especificamente para adolescentes negros e negras.**



- » **A saúde mental é uma das vulnerabilidades mais visíveis** entre adolescentes; são frequentes os relatos de automutilação e ideias suicidas.



- » **Não há equipamentos ou programas de atendimentos** às vítimas de violência letal ou a seus familiares e amigos.



- » **A violência armada impacta a rotina dos adolescentes,** dificultando a sua circulação por diferentes áreas.



- » **As operações policiais muitas vezes impedem a mobilidade de adolescentes e afetam o funcionamento dos serviços** e dos equipamentos públicos, chegando a causar a interrupção das atividades de unidades de saúde e escolas e colocando em risco alunos e funcionários.

É POSSÍVEL PREVENIR

Em novembro de 2020, os resultados do estudo foram apresentados ao Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro para contribuir com políticas e ações concretas por parte das instituições integrantes. Em 2021, o Comitê iniciará um novo ciclo de atuação por dois anos e a proposta é avançar na elaboração e no monitoramento de recomendações para fortalecer a rede de proteção de cada adolescente, especialmente os mais vulneráveis.

Nesse sentido, o estudo traz questões centrais para o debate:

- » **Equipes e estruturas de serviços públicos precisam ser fortalecidas** nos territórios mais vulneráveis para que possam oferecer atendimentos especializados e regulares aos adolescentes.
- » A criação de **políticas específicas para adolescentes negros** é central para que acessem os serviços da rede de proteção e garantia de direitos.
- » O **papel central dos Conselhos Tutelares** na garantia de direitos de crianças e adolescentes precisa ser estimulado e fortalecido.
- » A construção de políticas de prevenção de mortes violentas depende do **acesso seguro e contínuo aos serviços essenciais de saúde, educação e assistência**. Estes equipamentos precisam ser resguardados da violência armada com ações como as promovidas pelo MPRJ e pela Defensoria Pública estadual em relação à prevenção de tiroteios em torno das escolas.
- » É preciso garantir que os **padrões de atuação policial em favelas** e periferias respeitem sempre os direitos e a vida dos moradores.
- » A fragilidade das investigações e dos procedimentos periciais precisa ser enfrentada para **garantir a elucidação dos crimes** e a **responsabilização dos seus autores**, contribuindo com a prevenção de novos homicídios.
- » É necessário colocar em prática a resolução do Ministério Público do Rio de Janeiro de 21/11/2018, que **prioriza as investigações de mortes violentas de crianças e adolescentes**.

Os **traumas resultantes da exposição à violência** exigem a construção de políticas de reparação e metodologias de atendimento a familiares e amigos das vítimas, visando ao acolhimento, à produção de memória e à justiça.

